

ESTUDOS

TUDO O QUE NO MUNDO EXISTE COMEÇA E ACABA EM LIVRO*

Edson Nery da Fonseca
Superintendente do Instituto de Documentação
da Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

Como o leitor já terá notado, o título deste artigo é uma paráfrase de famosa observação de Mallarmé. Em 1891, respondendo a uma enquête de Jules Huret sobre a evolução literária, o autor de *Un coup de dés* teria dito que "le monde est fait pour aboutir à un beau livre" (I, p. 362).** Mas, como salienta Jacques Scherer, tudo indica ter sido o adjetivo *beau* acrescentado pelo entrevistador (2, p. XII). Pois em artigo publicado em 1895 na *Revue Blanche*, reivindicando a autoria da frase e acrescentando que ela emanou do mais profundo de si mesmo, Mallarmé reescreveu-a desta maneira: "Tout, au monde, existe pour aboutir à un livre" (3, p. 378). O que não deixa de ser significativo, tratando-se de poeta e ensaísta geralmente considerado como puro esteticista. E a um puro esteticista não repugnaria decerto afirmar que "o mundo foi feito para acabar num lindo livro".

Tenho citado muito esta frase, principalmente ao tratar do fenômeno conhecido como explosão bibliográfica: justamente porque tudo no mundo

* Com as indispensáveis alterações, este artigo foi lido em Natal, em 22 de outubro de 1979, como conferência promovida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em comemoração à Semana Nacional do Livro daquele ano.

** Os números em destaque são os das obras referenciadas no fim do texto.

RESUMO

Antes de ser uma entidade matéria/ — pedra, barro, papiro, pergaminho ou papel —, o livro é um dos veículos de comunicação do pensamento. Ele pode ser, como tal, completado por outros veículos; nunca, porém, substituído, como o teatro não o foi pelo cinema nem este pela televisão. Desse conceito dinâmico de livro decorre o de biblioteca, também dinamicamente encarada menos como "coleção de documentos devidamente classificados e catalogados" do que como assembléia de usuários da informação. Se tudo o que no mundo existe acaba em livro, como afirmou Mallarmé, parece lícito concluir que tudo acaba, por igual, em biblioteca. A proposição do poeta deve ser, aliás, completada pela que se enuncia no título deste artigo e da qual os exemplos mais significativos são os livros de registro de nascimentos e óbitos.

Descritores: Livro; Biblioteca; Biblioteca pública.

existe para *acabar* em livro é que a produção bibliográfica tornou-se explosiva e, em meu entender, mais assustadora do que a explosão demográfica. Mais assustadora por ser muito mais fácil impedir uma criança de ser gerada que certos autores de publicarem os livros "inúteis ou estúpidos" de que falava Ortega y Gasset em seu ensaio-conferência *Misión del bibliotecário* (4, p. 228).

Citei-a em verbete publicado na *Enciclopédia Mirador Internacional* (5, p. 1373), o que fez com que seu editor — o insigne Antônio Houaiss — comentasse entre amigos comuns que eu não sei escrever nada sem citar Gilberto Freyre e Mallarmé.

Por sinal que, ao prefaciá-la recente obra de Gilberto Freyre — *Heróis e vilões no romance brasileiro* —, a frase de Mallarmé uma vez mais me ocorreu. E citei-a creio que muito a propósito, por ser o referido livro o produto bibliográfico de um curso de conferências proferidas no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, hoje Fundação Joaquim Nabuco (6, p. 1). A verdade enunciada por Mallarmé decorre exatamente de que tudo o que no mundo não acaba em livro desaparece, torna-se esquecido ou deixa simplesmente de existir. Tudo: cursos, conferências, congressos inteiros, exposições e outros acontecimentos. Pois

Tudo o que no mundo existe começa e acaba em livro
Edson Nery da Fonseca

só o que está escrito permanece, como diziam os antigos, embora o provérbio **verba volant, scripta manent** nos induza a evitar provas materiais do que dissermos e não propriamente a convencer-nos de que só a palavra escrita é duradoura.

Note-se que na minha paráfrase não existe a conotação teleológica da observação de Mallarmé, pois a preposição **para** introduz no verbo **acabar** a idéia de finalidade ou objetivo. Sabe-se que para Mallarmé o livro era uma entidade ao mesmo tempo física e metafísica. Num dos manuscritos por ele deixados existem diretrizes, explicações, gráficos e cálculos minuciosos sobre a composição e até sobre o financiamento e a difusão de um determinado livro. Mas, como pergunta com razão Jacques Scherer — a quem devemos belíssima edição desse manuscrito —, que livro era esse, tão total e tão perfeito que substituiria todos os demais livros existentes e o próprio mundo?

Apesar de todas as exaustivas indicações deixadas por Mallarmé, vê-se que, para ele, o Livro com L maiúsculo era como a dor que Fernando Pessoa, em conhecidos versos do seu poema ortônimo "Autopsicografia", dizia fingir e, ao mesmo tempo, sentir: "O poeta é um fingidor. / Finge tão completamente / Que chega a fingir que é dor / A dor que deveras sente."

O Livro de Mallarmé — a observação é de Jacques Scherer — "existe sans exister vraiment, comme les êtres de littérature" (2, p. IX). É "mais real do que o real", como diria Novalis.

Em minha paráfrase apenas constato uma realidade: a de que tudo começa e acaba em livro. E, portanto — a consequência parece lógica —, tudo começa e acaba em biblioteca. Mas não nos adiantemos, porque é indispensável esclarecer, preliminarmente, o que entendo por livro.

Já me ocorreu dizer uma vez que não consigo levar a sério a definição de livro como "reunião de folhas ou cadernos, soltos, costurados ou por qualquer outra forma presos por um dos lados, e enfeixados ou montados em capa flexível ou rígida". Esta, entretanto, é a definição que está nos dicionários. Parece até que foi para satirizá-la que Fernando Pessoa disse dos livros que "são papéis pintados com tinta"; e que "estudar é uma coisa em que está indistinta / a distinção entre nada e coisa nenhuma". Como Guilherme Figueiredo em recente e notável discurso de paraninfo, penso que o livro nasceu quando o homem primitivo riscou no muro da caverna o primeiro signo. "Aquele risco — observa Guilherme Figueiredo — era o livro: pedra, papiro, chancela, incunábulo, in fólio, prensa manual, explosão eletrônica, som com velocidade

de luz, imagem de celulóide, clarão soprado pelas antenas" (7, p. 1),

O livro é, assim — e eis aí, talvez, sua melhor definição —, um dos veículos de comunicação do pensamento. Já no começo deste século, o belga Paul Otlet anunciava que outros veículos surgiriam para substituir o livro, anúncio ou profecia que muitos erradamente atribuem a Marshall McLuhan. Tanto Otlet, no passado, como McLuhan, no presente, só em parte acertaram. Os modernos veículos de comunicação surgiram menos para substituir do que para completar o livro. Pois a anunciada morte do livro é tão despropositada quanto o foi, com o advento do cinema, a também profetizada morte do teatro. Assim como não faltam no mundo neuróticos dispostos a se notabilizarem assassinando ou tentando assassinar estadistas e o próprio Papa, ou destruindo obras-primas das artes plásticas, são também comuns os que anunciam o desaparecimento disso ou daquilo: da metafísica — cuja morte foi gritada por Sívio Romero aos professores que o examinavam na velha Faculdade de Direito do Recife —, do teatro, do romance, da poesia.

O fato é que a ânsia de encontrar meios mais adequados de comunicação entre pesquisadores fez com que o livro cedesse lugar à revista e, depois, a diversas espécies de documentos não bibliográficos; surgiram, como consequência lógica, os serviços de documentação; no resumo dos documentos procurou-se isolar e fixar a **informação** — medida em unidades binárias, isto é, em bits, para efeitos de armazenagem e recuperação computarizadas —, donde a expressão **informação** científica e institutos com esse nome, como, na Filadélfia, o Institute of Scientific Information, que publica os importantíssimos periódicos **Science Citation Index e Social Sciences Citation Index**, sendo previsível um **Humanities Citation Index**, com o qual se completará o ciclo imaginado por Henri Lefebvre ao observar que, se pudéssemos reconstituir as cadeias de citações — os índices de citações já o conseguem —, perceberíamos quão raramente se introduz nos textos uma idéia nova: "encontraríamos onde determinada idéia foi introduzida, por quem, aquilo em que se transformou, quando morreu, onde está seu túmulo" (8, p. 182).

Hoje o interesse dos cientistas da informação se dirige mais ao **dado** — expressão, numérica ou não, de fatos, conceitos ou instruções —, donde o banco de dados: organização que armazena dados e os organiza de modo a torná-los disponíveis sob múltiplos aspectos, graças ao processamento eletrônico e permitindo, por isso, cálculos mais ou menos complexos operados sobre os dados.

Tudo o que no mundo existe começa e acaba em livro
Edson Nery da Fonseca

A sabedoria e o bom senso estão em compreender que o dado não exclui a informação, como esta não exclui o documento, nem este exclui o livro em sua forma tradicional e em seus diferentes formatos, todos resultantes, como o próprio Mallarmé fazia questão de salientar, do número de vezes em que a folha inconsútil é dobrada e constituídos como que dialeticamente de espaços pretos e brancos, isto é, de manchas tipográficas e de margens e entrelinhas (2, p. XIX e XXII).

De qualquer forma, seríamos talvez mais modernos se afirmássemos que tudo o que no mundo existe começa e acaba em dado: os dados lançados em livros de registro de nascimento — dos quais os cartórios nos fornecem certidões — e! os dados lançados em livros de registro de óbitos, com os respectivos atestados. Lembro, a propósito, que num dos excelentes ensaios que constituem seu livro *Psicologia do subdesenvolvimento*, o embaixador José Oswaldo de Meira Penna observa ser o Brasil "o país onde o requerente tem de provar que está vivo e onde maior crédito é dado ao atestado de óbito do que ao corpo do defunto" (9, p. 39). Trata-se, evidentemente, de uma boutade, já ultrapassada por recente decisão governamental de abolir, entre outros, o famigerado atestado de vida. Pensando bem, não há por que estranhar que, como prova, o atestado de óbito valha mais do que o cadáver: quando adequadamente preservado, o atestado pode durar infinitamente, enquanto do cadáver só restará o pó a que o Senhor condenou o nosso pai Adão: "Comerás o pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de onde foste tirado: porque tu és pó e em pó te hás de tornar" (Gênesis 3:19).

Considero perfeitamente admissível que o Ministro Hélio Beltrão complete, um dia, a desburocratização de que foi em boa hora incumbido, sugerindo que os dados relativos a nascimentos e óbitos sejam lançados diretamente na memória de um computador, com a conseqüente substituição de certidões e atestados por simples e práticos cartões, semelhantes aos de identificação de contribuintes. Possibilidade que muito me alegria por implicar a extinção desses inimigos necessários que são os cartórios.

Se tudo o que no mundo existe começa e acaba em livro — ou em documento, ou em informação, ou em dado —, é evidente que tudo acaba em arquivo, biblioteca, serviço de documentação e/ou banco de dados. O limite natural de um artigo me obriga a tratar apenas de documentos textuais. Eles acompanham o homem desde o nascimento até a morte. Os documentos dos cartórios, em espécie ou microforma, são transferidos para arquivos municipais, estaduais ou federais, conforme fique

estabelecido numa lei que defina e regule os serviços nacionais de informação: arquivos, bibliotecas e museus.

Para fins de planejamento, é indispensável classificar as bibliotecas em diferentes categorias (10, p. 51-52). Historicamente, a primeira categoria foi a das bibliotecas reais dos impérios da Antigüidade; na Idade Média, surgiram as bibliotecas universitárias, embora seja lícito supor que a famosa biblioteca de Alexandria deve ser considerada como tal; com a consolidação das nações européias, surgiram as bibliotecas nacionais, muitas das quais formadas, como a nossa, de antigas bibliotecas reais; com as democracias, apareceram as bibliotecas escolares e, depois destas, as bibliotecas públicas; e, com o progresso da Ciência e da Tecnologia, vieram as bibliotecas especializadas; as bibliotecas infantis surgiram como serviços específicos de bibliotecas escolares e de bibliotecas públicas.

Quando funcionam de modo interdependente, essas diferentes categorias de bibliotecas constituem, juntamente com os arquivos, os serviços de documentação e os bancos de dados, uma rede sobre a qual se apoia o sistema nacional de informação, cujo conceito a Unesco exprime pela abreviatura NATIS (11). De passagem, devo recordar que foi um brasileiro quem primeiro defendeu, em todo o mundo, os conceitos de rede e sistema de bibliotecas. Refiro-me a Rubens Borba de Moraes, que, em conferência lida e publicada no ano de 1943, escreveu estas palavras antecipadoras: "Uma biblioteca a mais não resolve o problema de um centro cultural. Do que necessitamos é de um sistema de bibliotecas, trabalhando em conjunto, umas suprimindo as deficiências das outras, cooperando. Estradas de ferro construídas a esmo nada adiantam para os transportes de um país. O que é útil é uma rede ferroviária. Pois o que precisamos, no nosso caso, é uma rede bibliotecária" (12, p. 60, grifos nossos). Os bibliotecários brasileiros são, de modo geral, tão alienados, que nunca reivindicaram essa prioridade realmente impressionante de nosso país, chegando alguns a pensar que os conceitos de rede e sistema de bibliotecas surgiram primeiro em língua inglesa. O exame da bibliografia sobre o assunto nessa língua mostra que as expressões *library network* e *library system* somente surgiram nos anos 60. Para dirimir dúvidas, consultei um dos mais cultos e bem informados bibliotecários dos Estados Unidos, o professor Lester Asheim, sobre quem acaba de ser publicada toda uma obra coletiva (13). Ele me respondeu que também não encontrou vestígios dos conceitos de rede e sistema de bibliotecas antes da conferência de Rubens Borba de Moraes.

Tudo o que no mundo existe começa e acaba em livro
Edson Nery da Fonseca

Para mostrar que o livro e, conseqüentemente, a biblioteca acompanham o homem desde seu nascimento, seguirei, não a ordem cronológica do aparecimento das diferentes categorias de bibliotecas, mas um critério que denominarei **fenomenologia etária**, sem que a palavra fenomenologia tenha relação direta com o sistema de Edmund Husserl, embora a ele não seja necessariamente contrário.

Quando se apreciam as diferentes categorias de bibliotecas não de acordo com a ordem cronológica de seu aparecimento, mas segundo a faixa etária dos respectivos usuários, parte-se naturalmente de um conceito novo de biblioteca. Esse conceito me foi sugerido por analogia com o conceito, de Igreja que emanou do Concílio Vaticano II: conceito que, aliás, não é novo, na medida em que restabelece a idéia veterotestamentária de Povo de Deus. De qualquer modo, foi muito bom que o Concílio nos lembrasse que a Igreja é menos uma instituição hieraticamente sediada em Roma e autocraticamente governada pelo Romano Pontífice do que simplesmente isto: Povo de Deus. Povo de Deus — diga-se de passagem — hoje conduzido por um guia magnificamente disposto a arriscar a própria vida para não renunciar à sua condição de peregrino.

O conceito que venho propondo ultimamente é o de biblioteca menos como "coleção de livros e de outros documentos, devidamente classificados e catalogados", do que como **assembléia de usuários da informação**. Conseqüentemente, ao bibliotecário compete *não mais* classificar e catalogar livros e sim orientar usuários, entregando-lhes a informação que seja do interesse de cada um. Note-se que já não me refiro mais à informação simplesmente solicitada e sim àquela que o perfil do usuário — perfil elaborado por serviços de disseminação seletiva da informação — indique ser de seu interesse, mesmo que ele eventualmente a desconheça.

Assim, a missão do bibliotecário, que era quase exclusivamente bibliocêntrica, passa a ser também antropocêntrica; ou antes, antropobibliocêntrica: designação que evidencia ser o elemento humano ainda mais importante que o documento. Transferindo o foco da biblioteconomia da informação para o usuário, estamos acompanhando a evolução, da teoria literária, que se iniciou com ênfase no autor, passando ao **texto** e chegando recentemente ao **leitor**, com a chamada "estética da recepção" (14). Se do ponto de vista histórico é interessante saber como e quando surgiram as diferentes categorias de bibliotecas, mais importante ainda é verificar os diferentes tipos de usuários para os quais as bibliotecas foram se diferenciando.

Mesmo dedicado mais diretamente às bibliotecas universitárias e especializadas, Jesse Shera — que é outro notável bibliotecário norte-americano — concorda com sua colega Francês Henne em que a biblioteca infantil é "a mais importante de todas as fases da biblioteconomia". Trata-se, acrescenta ele, de um serviço **vital**, não apenas para o futuro da biblioteca, mas também para o bem-estar social. Isso porque "a criança de hoje é o eleitor de amanhã". Como poderia esse eleitor votar em legisladores ignorantes dos benefícios que as bibliotecas proporcionam? (15, p. 57).

Encontro nas observações e nessa pergunta de Jesse Shera a explicação mais plausível para a pouca atenção que as autoridades brasileiras — até mesmo as do Ministério chamado da Educação e Cultura — dispensam às nossas bibliotecas: já que delas não se beneficiaram na infância e na mocidade, como podem, depois de adultos, avaliar sua importância, que, no máximo, apenas platonicamente admitem?

Conversando certa vez com o urbanista Lúcio Costa, perguntei-lhe como se explica tenha ele pensado, ao projetar Brasília, em detalhes tão importantes como o das bancas de jornais e até o das sombras propícias aos namorados, esquecendo-se, porém, de bibliotecas nas chamadas unidades de vizinhança. Sua resposta foi muito franca: esquecera-se das bibliotecas porque nunca as vira funcionar em nosso país!

Estava, naturalmente, se referindo às bibliotecas públicas, cuja omissão, em quase todos os municípios brasileiros, é o grande escândalo da biblioteconomia nacional, porque ele deve ser um dos mais freqüentes usuários da biblioteca especializada pertencente ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tanto quanto da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Encontra-se no primeiro volume das **Obras completas** de Ortega y Gasset um artigo por ele publicado em **El Imparcial** de 21 de fevereiro de 1908. Manifestando-se contrário à construção de um teatro, quando Madrid não possuía uma só biblioteca de livros científicos modernos, depois de afirmar que "o problema espanhol é um problema educativo", conclui Ortega: "Puede vivir dignamente una nación sin un Teatro Nacional: sin una biblioteca medianamente prevista, España vive deshonrada" (16, p. 84-85). Hoje, graças à competência e ao dinamismo do diretor Hipólito Escolar Sobrino, Madrid possui uma Biblioteca Nacional que junta a seu riquíssimo acervo uma organização modelar. Quanto a nós, tendo o Governo do Distrito Federal optado por um Teatro Nacional, Brasília continua sem biblioteca pública.

Tudo o que no mundo existe começa e acaba em livro
Edson Nery da Fonseca

Não nos antecipemos, porém, e voltemos à biblioteca infantil. O que essa categoria de biblioteca exige em conhecimentos de psicologia, de pedagogia e de literatura infantil justifica a observação de Jesse Shera, para quem "the librarian's service to children requires as much scholarship as any other part of the library profession" (15, p. 57).

Seguindo o já aludido critério de fenomenologia etária, a biblioteca escolar surge depois da biblioteca infantil. Seu objetivo básico é fornecer livros e material didático a professores e alunos, como suporte natural do ensino de primeiro e segundo graus. A leitura puramente lúdica iniciada na biblioteca infantil passa a ser encarada, na biblioteca escolar, também como instrumento de auto-educação e de apoio à pesquisa.

Depois da biblioteca escolar, o cidadão que deseja seguir um curso superior encontra à sua disposição a biblioteca universitária. Há entre as duas apenas uma diferença de grau, pois o objetivo da biblioteca universitária é fornecer aos cursos, pesquisas e serviços que a universidade oferece, promove e mantém a indispensável infra-estrutura bibliográfica e documental. Existe, porém, distinção fundamental entre a biblioteca universitária e as categorias que a ela se seguem: a das bibliotecas especializadas e a das bibliotecas nacionais.

A designação biblioteca especializada (em inglês, special libraries) já diz tudo, enquanto a de biblioteca nacional é tão ambígua quanto a de biblioteca pública. A biblioteca especializada existe para pesquisadores altamente diferenciados, enquanto a biblioteca nacional se propõe a preservar a produção bibliográfica da nação, a reunir o que em qualquer parte se publica sobre ela, a coordenar a permuta nacional e internacional de publicações, a publicar a bibliografia nacional retrospectiva e corrente e, eventualmente, a dirigir a rede nacional de bibliotecas. Ultimamente, as bibliotecas nacionais estão se especializando. Nos Estados Unidos existem três: à primeira — tradicionalmente chamada Biblioteca do Congresso — seguiram-se a Biblioteca Nacional de Medicina e a Biblioteca Nacional de Agricultura. Até no Brasil já temos duas: além da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI), em Brasília.

Desta maneira, a biblioteca universitária não pode perder essa oportunidade, que, num mundo de especializações à outrance, certamente não se repetirá: a de ser o último reduto de coleções enciclopédicas, proporcionando ao especialista uma visão do que se publica em especializações diferentes da sua e estimulando,

conseqüentemente, a interdisciplinaridade. Isso só pode ocorrer quando a biblioteca universitária centraliza não apenas os processos técnicos e administrativos — que se impõem por motivos econômicos —, mas sobretudo as coleções: centralização imposta por razões ao mesmo tempo econômicas e epistemológicas. Refiro-me, principalmente, à centralização de obras de referência e de publicações periódicas, pois o empréstimo de obras didáticas a professores e alunos é hoje um problema não da biblioteca universitária, mas do chamado banco do livro, que o resolveu de modo perfeito. Cito, como exemplo, o banco do livro da Faculdade Católica de Ciências Humanas de Brasília, organizado e posto em funcionamento, com excelentes resultados, pelo padre Ilário Zandonade. Tais resultados fizeram com que o banco do livro se estendesse a outros cursos superiores do Distrito Federal e até de Mato Grosso. Contando com um exemplar para cada aluno de todas as obras recomendadas, o banco do livro conseguiu acabar com as apostilas, beneficiando consideravelmente o ensino (17).

Volto, para concluir, à biblioteca pública. Em português, a designação é bastante ambígua e não corresponde, absolutamente, ao que os povos de língua inglesa entendem por public library. Uma biblioteca não merece a qualificação de pública apenas por ser mantida pelos governos da União, dos estados ou municípios. Em biblioteconomia, o adjetivo público não se opõe, necessariamente, ao adjetivo privado. Em meu entender, a idéia que mais se opõe, conflita e até agride a biblioteca pública é justamente a tradição luso-brasileira de repartição pública, "com livro de ponto, expediente, protocolo e manifestações de apreço ao sr. diretor", como diria Manuel Bandeira ao estigmatizar, em sua Poética, todo o "lirismo que não é libertação", (18, p. 108).

Para serem verdadeiramente públicas, no sentido anglo-americano da expressão, as bibliotecas estaduais e municipais deste país precisariam libertar-se do estigma burocratizante do serviço público, sendo lícito esperar que, com a desburocratização recentemente iniciada, um grande passo venha a ser dado na direção tomada, há mais de um século, pelas bibliotecas públicas dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Como recorda Jesse Shera, a idéia da verdadeira biblioteca pública chegou, nos começos do século XIX, com o movimento liderado por Horace Mann e Henry Barnard, em prol da educação para todos os segmentos da sociedade. Já havia, então, bibliotecas em todas as escolas, mas aqueles notáveis educadores queriam muito mais. Para eles, o programa nacional de educação somente se

completaria com o estabelecimento de bibliotecas para todo o povo, por eles enfaticamente consideradas como "a glória suprema de nossas escolas públicas" (the crowning glory of our public schools) (15, p. 371).

No Brasil, o esforço pelo desenvolvimento científico e tecnológico levou os bibliotecários mais capazes para as bibliotecas especializadas, quase todas mantidas por empresas públicas, o que significa altíssimos salários e até mordomias. O que há de errado em tudo isso é o exclusivismo, pois os países mais desenvolvidos continuam apoiando as bibliotecas de outras categorias, sobretudo as bibliotecas públicas, como o demonstra a recente publicação, na Inglaterra e nos Estados Unidos, de duas obras coletivas sobre a matéria: *Public library purpose* (19) e *The public library: circumstances and prospects* (20). Na primeira delas, seu organizador resume em quatro palavras os objetivos da biblioteca pública: educação, informação, cultura e lazer (19, p. 11).

Com raríssimas exceções — dentre as quais destaco o exemplo magnífico da Biblioteca Municipal de Mossoró, que conheço através da obra coletiva *Notícia sobre a batalha da cultura*, título, aliás, muito feliz (20) —, as bibliotecas públicas brasileiras são antes bolorentas repartições estaduais ou municipais do que órgãos dinamicamente integrados em programas sistemáticos de educação, informação, cultura e lazer. Fossem as nossas bibliotecas públicas, conscientes da importância que podem exercer, por exemplo, na alfabetização de adultos e na educação permanente — importância proclamada pela Unesco desde suas primeiras publicações e comprovada em países dos mais diferentes níveis econômicos —, e as campanhas ou movimentos nacionais contra o analfabetismo não se teriam realizado, como ocorreu e ainda ocorre, com soberano desprezo por elas.

Não será com mobraltecas que evitaremos o trágico fenômeno da regressão ao analfabetismo, consequência lógica de campanhas e movimentos de alfabetização puramente cenográficos. Discursando na inauguração, em Porto Alegre, de uma biblioteca pública batizada com seu nome, o grande poeta Mário Quintana repetiu um aforismo de sua autoria que poderia ser o epítáfio do MOBRAL, se o atual Ministro da Educação e Cultura não o houvesse encaminhado para objetivos mais adequados: "O verdadeiro analfabeto é aquele que aprende a ler e não lê". Mário Quintana recordou então que aprendeu a escrever lendo, assim como se aprende a falar ouvindo. "Nos meus tempos de criança — disse ele — era aquela encantação. Lia-se avidamente um

mundaréu de historinhas, principalmente as do Tico-Tico". Mas as crianças de hoje, como lamentou o poeta gaúcho, não se acostumam a ler: "Elas apenas olham as figuras das histórias em quadrinhos, cujo texto se limita, às vezes, a simples interjeições. No fundo, uma fraseologia de guinchos e uivos, uma subliteratura de homens das cavernas. Competiria aos pais dessas crianças inculcá-lhes o hábito da leitura, Mas eles também não lêem... vivem dopados pelas novelas de tevê" (22). Só bibliotecas públicas organicamente integradas nas respectivas comunidades e funcionando como partes de uma rede nacional — os "elementos em interação" de que fala Bertalanfy em sua já clássica definição de sistema — assegurarão a educação permanente, que forma cidadãos livres para a sociedade democrática.

A biblioteca infantil, a biblioteca escolar, a biblioteca universitária, a biblioteca especializada e a biblioteca nacional são peças indispensáveis numa rede que sirva de infra-estrutura ao sistema nacional de informação (10, p. 51-52 et passim). A biblioteca pública, entretanto, é a mais importante de todas as categorias, pois, além de seus objetivos específicos, pode complementar as atribuições das demais categorias e até, com serviços adequados, substituir algumas delas, como a infantil e a escolar. Como dizem os ingleses, "all things to ail men is exactly what the public library should be" (19, p. 10-11). Posso concluir, portanto, com pequena mudança na proposição inicial: tudo o que no mundo existe começa e acaba na biblioteca pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 CARLIER, Robert et alii, ed. *Dictionnaire des citations françaises*. Paris, Larousse, 1977. 659 p.
- 2 SCHERER, Jacques. *Le "Livre" de Mallarmé*. nouv. éd. rev. et augm. Paris, Gallimard, 1977. XXII + 414 p.
- 3 MALLARMÉ, Stéphane. *Le livre, instrument spirituel*. In: —. *Oeuvres complètes. Texte établi et annoté par Henri Mondor et G. Jean-Auvry*. Paris, Gallimard, 1945. p. 378-382.
- 4 ORTEGA Y GASSET, José. *Misión del bibliotecario*. In: —. *Obras completas*. 7. ed. Madrid, *Revista de Occidente*, 1970. t. 5, p. 207-234.
- 5 FONSECA, Edson Nery da. *Biblioteconomia*. In: HOUAISS, Antônio, ed. *Enciclopédia Mira-*

- dor Internacional.** Rio de Janeiro, Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1975. v. 4, p. 1372-1377.
- 6 FREYRE, Gilberto. **Heróis e vilões no romance brasileiro.** Texto *organizado e* apresentado por Edson Nery da Fonseca. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. 159 p.
- 7 FIGUEIREDO, Guilherme. **Oração aos bibliotecários.** Rio de Janeiro, FEFIERJ, 1 979. 4 p.
- 8 LEFEBVRE, Henri. **Posição: contra os tecnocratas.** São Paulo, Documentos, 1969. 203 p, (Nova crítica, 4).
- 9 MEIRA PENNA, J. O. de. **Psicologia do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro, APEC, 1972. 231 p.
- 10 PENNA, C. V., et alii, ed. **National library and information services: a handbook, for planners.** London, Butterworths, 1977. 230 p.
- 11 UNESCO. **IMATIS: Systèmes nationaux d'information; objectifs d'une action nationale et internationale.** Paris, 1975. 37 p.
- ¹ 2 MORAES, Rubens Borba de. **O problema das bibliotecas brasileiras.** Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1 943. 64 p.
- 13 LEE, Joel M. & HAMILTON, Beth A., ed. **As much to learn as to teach; essays in honor of Lester Asheim.** Hamden, Conn., Linnet Books, 1979. 273 p.
- ¹ 4 JAUSS, Hans Robert et alii. **A literatura e o leitor; textos de estética da recepção.** Seleção, coordenação e tradução de Luis Costa Lima. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1 979. 213 p.
- ¹⁵ SHERA, Jesse H. **Introduction to library science; basic elements of library service.** Littleton, Co., Libraries Unlimited, 1976. 208 p.
- ¹⁶ ORTEGA Y GASSET, José. Pidiendo una biblioteca, In: —. **Obras completas.** 7. ed. Madrid, Revista de Occidente, 1966. t. I, p. 81-85.
- ¹ ~> ZANDONADE, Mário. **O banco do livro.** 6. ed. Brasília, Faculdade Católica de Ciências Humanas, 1979. 81 p.
- 18 BANDEIRA, Manuel. **Estrela da vida inteira; poesias reunidas.** 2. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, Instituto Nacional do Livro, 1 970. LXX + 485 p. (Col. Sagarana, 85)
- ¹ 9 TOTTERDELL, Barry, ed. **Public library purpose, a reader.** London, Bingley, Hamden, Conn., Linnet Books, 1978. 159 p.
- 20 RAYWARD, W. B., ed. **The public library: circumstances and prospects.** Chicago, University of Chicago Press, 1979. vi+ 162 p.
- ²¹ ROSADO, Ving-un et alii. **Notícia sobre a batalha da cultura.** Mossoró, Escola Superior de Agricultura, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 1978. 155 p. (Col. Mossoroense, LXIX)
- 22 QUÍNTANA, Mário. Discurso proferido em 27-09-1979. Apud JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 28 set. 1979. Informe JB. p. 6.

ABSTRACT

Rather than being a material entity — stone, clay, papyrus, parchment or paper — the book is one of mind's communication means. It can be, as such, complemented by other means; nevertheless it could never be superseded by them, as theater was never replaced by the movies or the latter by television. From this dynamic concept of the book derives a concept of the library, which is considered less "a collection of documents properly classified and cataloged" and more an assembly of information users. If everything that exists in the world ends in a book, as Mallarmé said, it seems right to conclude that everything also ends in a library. The poet's proposition might be completed by this paper's title, of which the most significant examples are the birth and death registration records. (J.M.K.)